



TCE EM PAUTA

ANO XXI – Nº 111

NATAL/RN JULHO E AGOSTO DE 2017

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

 @TCE_RN



VOCÊ CONHECE O TCE?

PROJETO DA OUVIDORIA ESTIMULA UM MAIOR CONHECIMENTO DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE O CONTROLE EXTERNO

PÁGINA 7



MARCO DE MEDIÇÃO

EQUIPE DA ATRICON QUE AVALIOU O TRIBUNAL DE CONTAS DESTACA PROJETOS EXECUTADOS NO RIO GRANDE DO NORTE

PÁG. 3



POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

O TCE/RN já conta com uma proposta de política de comunicação institucional. O documento foi discutido por representantes dos setores, como parte integrante do Treinamento de Mídia realizado com diretores e coordenadores de setores, e após ampla discussão e ajustes foi encaminhado para apreciação da Consultoria Jurídica e Presidência, para posterior discussão em plenário e aprovação, transformando-se em Resolução Normativa.



CONGRESSO DOS TC'S

“Controle Externo: aprimoramento na adversidade”. Este será o tema do XXIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, que acontecerá no período de 22 a 24 de novembro, no TCE de Goiás, em Goiânia. A Conferência Magna do encontro será realizado pelo escritor moçambicano Mia Couto.

CONTROLE E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Instituto Rui Barbosa (IRB) realiza, de 17 a 19 de outubro em Curitiba o III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. Na programação, serão apresentados e discutidos temas como: Pensamento Sistêmico e Políticas Públicas; Capacitação Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP; Ética e Políticas Públicas; (Des)equilíbrio Fiscal e Financiamento; Agenda 2030 e os ODS; Saúde - Sistema Único de Saúde e Financiamento; Políticas públicas em tempo de crise – Novas soluções; Controle Interno e Compliance; Desenvolvimento Regional; Política Pública baseada em evidências e o uso de indicadores; Capacitação Normas Brasileiras de Auditoria

do Setor Público – NBASP; Segurança Pública; Infraestrutura e Educação - Metas do PNE.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas no seguinte endereço eletrônico: <https://congresso-irb.org.br/>.

PROTESTO EM CARTÓRIO

A Diretoria de Atos e Execuções - DAE, mais especificamente seu setor de execuções, deu início a cobrança por meio de Protesto em Cartório, na recuperação de multa expedidas pela Corte de Contas. A ação está sendo executada de forma conveniada com o Instituto de Estudos e Protesto de Títulos do Brasil - seção Rio Grande do Norte. A principal vantagem deste expediente é o acréscimo do indicante de recuperação dos valores devidos. Habitualmente essa exigência é feita em um processo de execução, que é mais delongado e oneroso, além de ter um índice de eficiência menor, quando comparado com o protesto em cartório. O processo de execução por meio de Protesto em Cartório minimiza o tempo de tramitação dentro do tribunal, assim como reduz seu custo, cujos métodos de recuperação muitas vezes se tornam inferior ao custo da cobrança.

GASTOS COM A PREVIDÊNCIA

O crescimento dos gastos com Previdência foi um dos fatores que contribuíram para a explosão das despesas com pessoal nos Estados. Entre 2010 e 2016, esses aumentaram de 6,9 pontos percentuais para 59,8%, um número considerado elevado pela Secretária do Tesouro Nacional. Isso significa que de cada R\$ 100 que os Estados arrecadam, R\$ 60 são gastos para pagar as despesas com funcionários, aposentados e pensionistas.

Diante dessa ampliação nas despesas com pessoal, nove Estados ultrapassaram em 2016 os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para esses gastos. O teto é o equivalente a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), mas Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Norte destinaram mais do que isso ao pagamento de sua folha no ano passado.

TCE EM PAUTA

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Tarcísio Costa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO CORREGEDOR

Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO OUVIDOR

Renato Costa Dias

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA

Paulo Roberto Chaves Alves

AUDITORES

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

Antonio Ed Souza Santana

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Anne Emília Costa Carvalho

CONSULTORA JURÍDICA

Andréa da Silveira Lima Rodrigues

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diego Antônio Diniz Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADOR-GERAL

Ricart César Coelho dos Santos

PROCURADORES

Luciano Silva Costa Ramos

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Viktor Marcio Bruno Vidal

EDITOR

Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM

Isaac Lira

PRODUÇÃO

Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Maurício Marcelo | Tikinet

FOTOGRAFIAS

Jorge Filho

IMPRESSÃO

Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis – Natal/RN

CEP 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: ascomtce@gmail.com

Facebook.com/tcedorn | Twitter: TCE_RN



Mobilizados pelo STF e Atricon, TC's vão analisar as contas partidárias anuais

UM OLHAR TÉCNICO SOBRE AS CONTAS PARTIDÁRIAS

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assinaram convênio que possibilitará aos Tribunais de Contas dos 26 Estados e do Distrito Federal colaborarem com o TSE para examinar as contas partidárias anuais. O documento prevê que servidores dos órgãos estaduais façam o exame das contas partidárias, cooperando para o seu julgamento dentro do prazo prescricional.

Representando o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, o presidente Gilberto Jales avalia como positiva a iniciativa. “Essa é uma contribuição efetiva dos tribunais de contas brasileiros, agindo tecnicamente na análise das contas dos partidos, somando esforços com a Justiça Eleitoral para fortalecer a democracia, fora da qual não existe saída”, comentou.

De acordo com a Assessoria de Comunicação do TSE, o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, avalia que o convênio dá à Corte Eleitoral “braços e cabeças

disponíveis para a análise desses processos de prestação de contas, tanto partidárias quanto eleitorais”. Para o ministro, a ajuda dos Tribunais de Contas estaduais é muito oportuna, tendo em vista a limitação do quadro de servidores do TSE para dar conta do volume de trabalho da análise das contas. “Nós temos prazo para fazer essa análise. Se nós não fizermos essa análise num dado prazo, tudo fica prejudicado, prescreve. De modo que essa foi a engenharia institucional que conseguimos conceber, porque contamos com o apoio do Tribunal de Contas da União e de todos os Tribunais de Contas do Brasil. E isso vai nos permitir analisar com expertise, com técnica, com a devida presteza e a devida celeridade as contas que estão submetidas à Justiça Eleitoral”, disse.

O presidente da Atricon, conselheiro Valdecir Fernandes Pascoal ressaltou o papel dos TCE's no processo. “Ordinariamente, os Tribunais de Contas trabalham em prol da correta aplicação dos recursos do povo – nada mais democrático. Entretanto,

também colaboram diretamente com a Justiça Eleitoral, na medida em que suas deliberações constituem importante filtro na questão da elegibilidade. Não custa lembrar que esse mister contribui, ao mesmo tempo, para a qualidade de nossa democracia e da governança pública”, declarou.

O convênio foi assinado tendo como testemunha o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carneiro. Em sua fala, ele disse que a colaboração entre as duas instituições no exame das contas eleitorais e partidárias constitui um fato histórico. Ele destacou que essa colaboração já vem de longa data, em convênios firmados entre o TCU e a Justiça Eleitoral para a auditoria das doações eleitorais registradas nas eleições municipais de 2016. “A celebração desse convênio entre o TSE e a Atricon, duas instituições parceiras de longa data do TCU, retrata bem o espírito de colaboração e de supremacia do interesse público que nos anima e que, com certeza, vem somar-se ao esforço das nossas Casas nesse sentido”, concluiu.

EXAME

A previsão é que, nessa primeira fase, o convênio promova a análise das prestações de contas dos exercícios de 2014 e 2015 dos 35 partidos políticos que receberam recursos do Fundo Partidário. São 92 processos, que somam 1.231 anexos e perfazem o montante de R\$ 1.233.243.210,01 em recursos públicos repassados aos diretórios nacionais das legendas.

A distribuição dos processos entre os TCEs ainda será definida pelo TSE e a Atricon, levando em conta a complexidade das prestações de contas. “O primeiro passo será saber exatamente quais serão as pessoas que irão trabalhar nessa força-tarefa. A partir disso, teremos uma ideia do quantitativo de pessoas e os processos que estão aqui para serem analisados. E nós vamos decidir sobre a distribuição de cada um desses processos àqueles indicados”, disse. Será estabelecido um prazo para a análise de cada processo, dependendo do volume de cada prestação de contas.



FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO



Curso capacita gestores para atuarem no controle interno dos municípios e das organizações públicas

O Tribunal de Contas deu início ao Projeto de Fortalecimento dos Controles Internos dos Jurisdicionados, uma série de ações com o objetivo de nortear o disciplinamento e a estruturação dos controles internos dos órgãos sob sua jurisdição, além de apoiar o seu efetivo funcionamento com capacitações e monitoramento.

O projeto teve início com a capacitação básica sobre a atividade de controle interno da Administração Pública, parceria entre a Secretaria de Controle Externo (Secex) e a Escola de Contas “Professor Severino Lopes de Oliveira”, com a oferta de quatro módulos, realizados entre os dias 24 de julho e 3 de agosto de 2017. O mesmo curso será realizado em setembro de 2017

e outros dois períodos previstos para o ano de 2018.

A capacitação básica é formada pelos seguintes módulos: 1) Controle Interno da Administração Pública – da estruturação ao funcionamento – abordagem prática (instrutor Ricardo Villaça); 2) Orçamento e Finanças Públicas (instrutora Marise Magaly); 3) Execução da Despesa Pública Orçamentária – teoria e prática (instrutor Francisco Nascimento); 4) Instrumentalização de processos – procedimento de protocolo – teoria e prática (instrutor César Gláucio).

O público-alvo da capacitação básica são os servidores públicos dos poderes e órgãos jurisdicionados do TCE/RN, que atuem nas unidades de controle interno, gestores de contratos, assessores jurídicos, presidentes

e membros de comissões de licitação, bem como quaisquer servidores que, direta ou indiretamente, exerçam atribuições relacionadas com a atividade administrativa, tais como pessoal, almoxarifado, transporte, financeiro, compras, manutenção, entre outros.

Após o conhecimento básico, será ministrada a capacitação específica, exclusiva aos integrantes das unidades de controle interno, quanto à atuação no âmbito das Contas de Gestão (previsão outubro de 2017) e da Tomada de Contas Especial, programada para setembro de 2018. As inscrições sempre deverão ser realizadas pelo site do TCE/RN, através da seção Escola de Contas.

O Projeto ainda conta com outras ações, além da capacitação, relacionadas com revisão, atualização e

ampliação da Resolução nº 013/2013-TCE, de 05 de setembro de 2013 (Publicado no Diário Eletrônico do TCE/RN - 06 de setembro de 2013), com a finalidade de disciplinar a criação, implantação e funcionamento dos Sistemas de Controle Interno em todos os Poderes e Órgãos sob jurisdição do TCE/RN; elaboração de normativo para disciplinar a atuação das Unidades de Controle Interno no âmbito da Tomada de Contas Especial; e desenvolvimento de Plano de Monitoramento dos Sistemas de Controle Interno dos jurisdicionados, através da atualização e ampliação do Anexo XL do SIAI – “Situação do Controle Interno” e da criação de indicadores de desempenho para aferir a eficiência, qualidade e resultados alcançados.

PRÁTICAS DO TCE SÃO INDICADAS PARA O BANCO DE REFERÊNCIAS NACIONAIS



Conselheira Soraya Victor, do TCE do Ceará, entrega a Declaração de Garantia de Qualidade ao presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales

Acompanhar as decisões processuais e efetivar o pagamento de multas e dar amplo acesso a peças processuais por meios eletrônicos. Duas práticas iniciadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), através das diretorias de Atos e Execuções e Informática, podem se tornar referência nacional para as demais cortes de contas.

A equipe da Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), responsável por averiguar os indicadores do Marco de Medição do Desempenho - Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-QATC), irá indicar as duas práticas iniciadas pelo TCE para o rol de Boas Práticas da Atricon, um banco de iniciativas consideradas pioneiras mantido pela Associação para incentivar o

aumento da eficiência no controle externo pelo país.

A comissão, formada pela conselheira Soraya Victor, do TCE do Ceará, o auditor Ronaldo Oliveira e a técnica Risodalva de Castro, ambos do TCE de Mato Grosso, entregaram ao presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, nesta terça-feira (13), uma Declaração de Garantia de Qualidade do TCE, com recomendações e indicações de boas práticas. “Houve um avanço muito significativo nos trabalhos, observase que há uma preocupação com o planejamento e execução, isso resulta numa melhoria constante. Além disso, a equipe é enxuta, mas qualificada e comprometida”, relatou a conselheira, na entrega do documento.

O MMD- QATC é uma avaliação bianual realizada pela Atricon

em colaboração com o Instituto Rui Barbosa e todos os Tribunais de Contas do Brasil. A metodologia utiliza parâmetros internacionais recomendados pela International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI). O levantamento leva em consideração 28 indicadores, com 513 critérios. “Observam desde a estrutura física até a existência de equipes próprias para a realização do controle externo”, explicou Andréa Rodrigues, consultora jurídica do TCE, responsável pela equipe que sistematizou os dados apresentados e comprovados para a comissão.

Ressalte-se que os relatórios da comissão são restritos aos Tribunais de Contas, que utilizam nas suas estratégias de melhoria, “não existe a intenção de se promover um ranking”,

lembrou Andréa. Todo o trabalho de avaliação é executado de forma voluntária pelos conselheiros, auditores e técnicos do TCE de todo o País, que passam por uma capacitação para executarem o serviço, para esta edição houve dois encontros nacionais, um no Maranhão e outro aqui, no Rio Grande do Norte. “Este trabalho mudou e vem mudando a cara dos tribunais de contas”, ressaltou o presidente do TCE, Gilberto Jales.

Estavam presentes, no ato da entrega da declaração, os conselheiros Tarcisio Costa, Francisco Potiguar Cavalcanti Junior e Paulo Roberto Chaves Alves, além de Anne Carvalho, secretária de Controle Externo; Ricardo Henrique Câmara, secretário geral do TCE e Gláucio Torquato, da Assessoria de Planejamento e gestão.

CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA



Conselheiro do TCE/RS, Cezar Miola, debate no Rio Grande do Norte rumos para a melhoria da escola pública

Diante de um cenário de crise que perpassa a educação pública brasileira, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, apontou um caminho que pode resultar na melhoria do ensino: “o momento é agora de se mobilizar para que os municípios compatibilizem seus planos de educação nos referidos Planos Plurianuais”, enfatizou, em palestra na sétima edição do projeto “Sexta de Contas”, realizada no auditório do TCE/RN, numa iniciativa da Ouvidoria e Escola de Contas Severino Lopes.

O tema em foco foi “Educação Pública Brasileira: problemas e soluções sob a perspectiva potiguar e nacional”, apresentados pelo conselheiro e vice-presidente do Instituto Rui Barbosa, Cezar Miola, e pela professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e doutora em Ciências da Educação (UAB, Espanha), Betânia Leite Ramalho. Questão abrangente e complexa, a educação remete a várias vertentes, caminhos a serem trilhados. Em comum, os dois palestrantes destacaram a necessidade de sair da “zona do conforto”, buscando efetivar ações que resultem na melhoria da qualidade do ensino.

“É preciso abandonar “zonas de conforto” trocando percentuais que muitas vezes permitem enganar nos relatórios e balanços por números “vivos” capazes de se traduzirem, sim, em professores dignamente remunerados, em condições materiais plenas e, sobretudo, em competências desenvolvidas formando cidadãos profissionais”, defendeu Cesar Miola, lembrando que o sistema integrado pelos tribunais de contas estão comprometidos com esta questão, realizando auditorias em áreas como ensino médio e infantil, e fazendo o acompanhamento do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

Numa ação conjunta articulada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa, Tribunais de Contas dos Estados e Ministério da Educação, estão sendo monitoradas as metas e os resultados do PNE em cada município. Na prática, questões como produção e execução dos planos municipais de educação; planejamento de metas em áreas como aumento de vagas em creches e na escola infantil; política de valorização do professor, entre tantas outras.

Além das auditorias em si, informou que foi criado um sistema de monitoramento,

disponibilizando dados no portal do IRB, dando acesso a população de informações significativas, apontando com sinal vermelho sempre que uma meta não for cumprida, ao mesmo tempo que dissemina informações para que a sociedade tenha condições de exercer o controle social. “Nós temos um papel a cumprir. E acreditamos na força dos TCs colaborando na qualificação da educação no Brasil”, disse.

A professora Betânia Ramalho, por sua vez, fez um histórico do desenvolvimento das políticas públicas na área da educação pública, com ênfase no Direito, a partir da Constituição de 1934, que apontava a educação como um direito e não como privilégio, daí até 1988, com a chamada Constituição cidadã, que definiu o ensino como um direito público subjetivo, garantido a todos, dos 4 aos 17 anos. “Mas as conquistas são lentas”, enfatizou, lembrando que houve muitos avanços no aspecto quantitativo, mas ainda há muitos problemas quando o foco é qualitativo. “Houve pouco avanço na dignificação do magistério, além da crise de ética, que considero a mais grave de todas. A escola é um reflexo da crise que acontece no município, uma crise de valores”, enfatizou.

DE PORTAS ABERTAS PARA O CONHECIMENTO



Andréa, de estagiária a assessora jurídica, um longo caminho de aprendizado repassado aos alunos

Egressos do curso de Direito, Indyara Camilo, 28; Isadora Vasconcelos, 25 e Felipe Costa, 21, confessam: Pouco ou nada ouviram falar do Tribunal de Contas na universidade. A grade de disciplinas e conteúdo a ser ministrado associada a uma carga horária preenchida não abre muito espaço para um maior conhecimento sobre o controle externo. “A atuação do TCE na fiscalização das contas públicas é muito importante. Este projeto é bem significativo. É diferente”, ressaltaram, após participarem do lançamento do projeto Conhecer, capitaneado pela Ouvidoria de Contas.

A partir de agora, periodicamente, turmas de universitários poderão receber verdadeiras aulas sobre como é exercido o controle externo da administração pública. Com sua primeira edição realizada no início de setembro, o projeto contou com a participação de alunos da turma de Direito do nono período do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI/RN. “Além de possibilitar conhecimento, a proposta é promover uma maior aproximação com a universidade”, destacou o conselheiro ouvidor do TCE, Renato Costa Dias, na abertura do evento.

O projeto consta de apresentações realizadas pela consultora jurídica do TCE, Andréa da Silveira Lima Rodrigues; pelo secretário geral do TCE, Ricardo Henrique Câmara e por palestra da

Secretária de Controle Externo, Anne Emília Costa Carvalho, abordando aspectos do funcionamento do Tribunal, sua missão constitucional e resultados alcançados, além da participação do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho. No final, os estudantes são encaminhados para o plenário, onde assistem a uma sessão do Pleno. “O controle social é exercido a partir do momento que o conhecimento é disseminado”, enfatizou o presidente do TCE, Gilberto Jales, apontando mais uma das nuances da iniciativa.

“Comecei como estagiária, passei no concurso e hoje estou à frente da consultoria jurídica do TCE”, relatou Andréa Rodrigues, em meio ao discurso em que focou a história da instituição, criada em 1890 por Rui Barbosa, chegando até a atualidade, um órgão que é responsável pelo controle preventivo e posterior, buscando fiscalizar o gasto público. Logo após, Anne Carvalho e

Ricardo Câmara mostraram o caminho do processo no Tribunal de Contas, da inspeção até o voto final do Pleno, passando pelo parecer do Ministério Público de Contas. O procurador geral, Ricart Cesar Coelho destacou, por sua vez, a presença constante do MPC, fazendo representações e opinando em todos os processos em tramitação na Corte de Contas.

O controle exercido pelo tribunal apresenta vários resultados, sendo essencial para a sociedade. Um exemplo concreto, matemático, dos resultados alcançados foi dado pelo presidente, Gilberto Jales, citando a fiscalização realizada com relação as obras da avenida Roberto Freire, orçada em mais de R\$ 200 milhões. “A equipe de fiscalização apontou várias falhas na licitação, obrigando que fossem refeitos os cálculos. O novo projeto foi reduzido para R\$ 57 milhões”, destacou, lembrando que o valor economizado representa mais do que duas vezes o orçamento destinado ao funcionamento do TCE para o período de dois anos. Isso sem falar em outros projetos de grande monta analisados pelo Tribunal.

Sob a coordenação do assessor jurídico Gudson Barbalho, o projeto “Conhecer” passa a agendar visitas de turmas de universitários sobretudo de cursos que tenham alguma relação com os objetivos da Corte de Contas, como Administração, Direito, Contabilidade e Economia. A primeira turma foi trazida pela professora da UNI-RN, Ana Maria de Araújo, que elogiou a iniciativa. Os interessados em participar do projeto podem se inscrever no site www.tce.rn.gov.br, na página da Ouvidoria.



Após as palestras, os universitários são encaminhados para participarem de uma sessão do Tribunal Pleno

ATUAÇÃO INTEGRADA PARA RESOLVER PROBLEMA DE OBRAS PARALISADAS



Relatório sobre obras paralisadas gera debate entre organizações, em busca de solução para o problema

Atuação integrada entre órgãos de controle externo, poder público, empresas e controle social. Esse é o caminho apontado pelo Seminário Integrado de Controle Externo, realizado no TCE para resolver o problema das obras inacabadas e paralisadas no Rio Grande do Norte. O Seminário teve como base levantamento realizado pelo Tribunal de Contas que apontou a existência de 313 construções paralisadas no Estado.

Com a presença de mais de 200 participantes, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, destacou, na abertura do Seminário, o ineditismo da iniciativa. “Esta é uma postura nova, pró-ativa, na linha das auditorias operacionais realizadas em áreas como turismo, segurança e saúde. No final, a proposta é que se elabore um documento com encaminhamentos, apontando o que é de responsabilidade de cada um e as ações que serão executadas para resolver este problema que termina prejudicando

a população, os gestores públicos e as empresas”, destacou.

O conselheiro Tarcísio Costa, que é o relator responsável pelo levantamento, ressaltou o trabalho da equipe técnica e a importância da iniciativa do Tribunal de Contas. “O levantamento realizado pelo Tribunal e este seminário são passos decisivos para podermos viabilizar uma solução para esse problema”, afirmou.

O secretário de controle externo do Tribunal de Contas da União no Rio Grande do Norte, Kleber Menezes, lembrou que desde 1995 o TCU vem desenvolvendo um sistema de acompanhamento de obras públicas relevantes, apontando indícios de irregularidades, com possibilidade de dano ao erário. “O diagnóstico realizado pelo TCE é fantástico”, enfatizou, lembrando que este tipo de ação colabora para o aperfeiçoamento e fortalecimento do controle externo.

Representante dos gestores municipais, o presidente da Femurn, Bênes Leocadio, lembrou o fato de

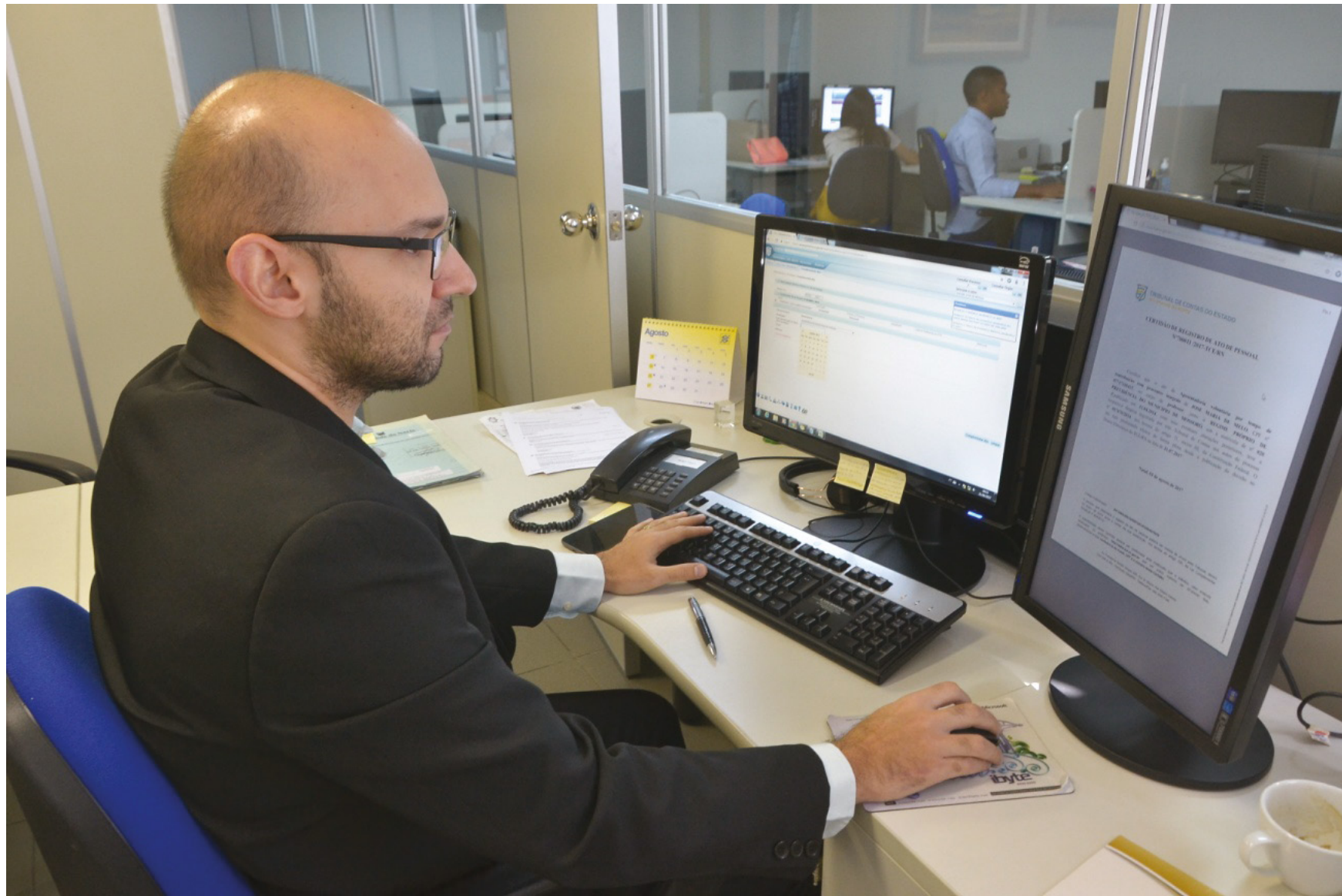
que, no caso destas obras, de imediato responsabilizam o gestor do momento pelo “cemitério de obras” no país, quando é necessário se aprofundar e rever alguns procedimentos, entre os quais a burocracia no âmbito da administração pública. “A União deve em torno de R\$ 40 bilhões aos estados e municípios por conta de obras inacabadas”, informou, torcendo para que o levantamento da Corte de Contas seja um instrumento de transformação deste cenário.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil (Sinduscon), Arnaldo Gaspar, defendeu a sistematização de parâmetros para a fiscalização das obras governamentais. “É preciso resolver muitas questões, a partir da planilha orçamentária”, disse, considerando ainda a necessidade de ações preventivas. “Espero que este dia seja apenas o início de um trabalho que precisa ser realizado pelo TCE e TCU”, opinou, justificando que, neste caso, os dois órgãos atuam

em conjunto pelo fato das obras serem executadas no Estado.

O seminário contou ainda com a presença do secretário estadual da Infra-estrutura, Jader Torres, e do procurador geral do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho - que lembrou a crise fiscal no País, “o que enfatiza ainda mais a necessidade do controle do orçamento e combate ao desperdício”. O diretor da Inspeção de Controle Externo, José Monteiro Coelho, e o inspetor Francisco Marcelo Queiroz, apresentaram para a plateia o levantamento do TCE. Também houve apresentação do trabalho de fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU) a cargo da superintendente substituta do órgão, Rachel Urbano Ribeiro, e do técnico federal de finanças e controle, Sérgio Maurício Stabili e apresentação da Caixa Econômica Federal sobre convênios e repasses de recursos federais, sob a responsabilidade do gerente Ricardo Bezerra Mariz.

DAP E DIN DESENVOLVEM FERRAMENTA PARA CERTIFICAÇÃO DE ATOS DE PESSOAL VIA INTERNET



“Ato de pessoal só passa a ter efeito após registro no TCE”, ressalta o diretor da DAP, Evandro Nunes

Dando início a uma série de medidas para otimizar a análise de atos de pessoal para fins de registro, mediante a implementação de ferramentas eletrônicas de coleta e análise de atos de admissão de pessoal e de concessão de benefícios previdenciários, a Diretoria de Atos de Pessoal - DAP, em parceria com a Diretoria de Informática - DIN, criaram a ferramenta de registro eletrônico de atos de pessoal no âmbito do TCE/RN.

Com uma nova sistemática de inclusão de dados no processo, partindo do protocolo, pela Diretoria de Expediente; complementados pela DAP, quando da análise técnica; e consolidados nos gabinetes dos Conselheiros, ao proferir as decisões ou votos, é possível, agora, registrar um ato de pessoal de fato, viabilizando inclusive sua

certificação eletrônica. “As informações se complementam para formalizar o registro efetivo”, explicou Evandro Nunes Franco, Diretor de Atos de Pessoal.

“Ato de pessoal é um ato complexo - só passa a produzir efeitos de forma plena após o registro do Tribunal de Contas”, esclareceu o diretor. A ferramenta oportuniza, portanto, uma formalização mais efetiva da admissão ou concessão de benefício previdenciário, consolidando de fato a ação de registro.

Com o registro eletrônico de atos de pessoal, surge a oportunidade da construção de uma base de dados de atos de pessoal (importante inclusive para futuras fiscalizações), e possibilita a geração da Certidão de Registro de Ato de Pessoal, que

pode ser expedida diretamente pelo portal do TCE/RN (www.tce.rn.gov.br), na opção “Certidões”, bastando informar o CPF do interessado para obtê-la. “As Certidões de Registro servem para comprovar a regularidade do ato nas mais diversas situações, desde a necessidade de um servidor em demonstrar que sua admissão ou aposentadoria é regular, até mesmo de um Órgão jurisdicionado, para a realização de compensação de contribuições junto à Secretaria de Previdência Social, por exemplo”, enfatizou o Diretor.

Há uma estimativa de no mínimo 10 mil processos relativos a atos de pessoal passíveis de registro eletrônico em tramitação no TCE, ressaltando-se que o cadastro é efetuado de forma individualizada.

RETROCESSO NA SEGURANÇA PÚBLICA

O Pleno do TCE/RN aprovou o relatório final da auditoria coordenada de governança realizada na Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, com 22 recomendações a serem colocadas em prática pelo Executivo Estadual. O relatório foi apresentado pelo conselheiro Carlos Thompson, que teve o seu voto aprovado pelos demais conselheiros. Segundo os dados colhidos pelo corpo técnico, o nível de governança e gestão - que diz respeito à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade de ações governamentais - da Sesed regrediu entre os anos 2013 e 2014, período no qual a Secretaria foi avaliada.

De julho a novembro de 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou levantamento para avaliar as condições de governança e gestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e das organizações de segurança pública estaduais e do Distrito Federal, no que diz respeito à implementação da Política Nacional de Segurança Pública. A Sesed/RN foi classificada como de nível "intermediário". Contudo, na auditoria realizada em 2014 pelo corpo técnico, a Secretaria de Segurança Pública teve uma atuação inferior, pior avaliada em 6 dos 7 itens analisados, entre eles tecnologia, estratégia, gestão, entre outras.

Entre as recomendações aprovadas pelo TCE, estão aprimorar o compartilhamento de bases de dados criminais, mediante disponibilidade de seus dados e acesso à base de dados de outros órgãos; divulgar regularmente estatísticas criminais à sociedade; normatizar o funcionamento do disque-denúncia e incluir no sítio eletrônico o número de serviço para que a população tenha acesso ao serviço; entre outras.

A Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social terá 60 dias para enviar ao TCE um plano de ação para pôr em prática as recomendações aprovadas. O corpo técnico da Corte de Contas irá acompanhar a implementação dessas práticas.

AÇÃO PARA MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL



Técnicos do TCE discutiram em Brasília eficácia das políticas de segurança pública

Técnicos de tribunais de contas de vários estados do país estiveram reunidos no Tribunal de Contas da União, discutindo problemas e soluções para um tema que preocupa a todos: a segurança pública, com foco no sistema prisional. Foram discutidas estratégias de continuidade dos trabalhos, a partir dos relatórios de auditoria operacional realizados nos estados, de forma a impactar as políticas públicas no setor. Do TCE/RN, participaram os inspetores de controle externo Evandro Raquel e Francisco Marcelo e a inspetora Susana Acle.

"Além da apresentação dos resultados da primeira etapa da auditoria, que consistiu na análise das medidas emergenciais e levantamento inicial da discussão, o encontro vai definir uma proposta de encaminhamento comum dos TCs, bem como a discussão da metodologia que será aplicada nesta segunda fase do trabalho", explicou a secretaria

de controle externo do TCE, Anne Emília Costa Carvalho, destacando que foram abordados aspectos da gestão, dos custos e das tecnologias do sistema prisional, de forma a contribuir na definição de uma política mais eficaz e eficiente no sistema de segurança.

Nos relatórios iniciais, segundo a Atricon, foram constatadas problemas diversos, desde a violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higiene física e integridade psíquica, até questões de natureza operacional, como irregularidades na execução de contratos administrativos, o que terminam por agravar a situação dos presídios. De acordo com Anne, os técnicos vão se debruçar sobre a temática até outubro, desenvolvendo um novo relatório sobre a situação, que deverá ser apresentado em Plenário em meados de novembro.

WORKSHOP TIRA DÚVIDAS SOBRE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS



A inspetora Marise Magaly fez a palestra de abertura, abordando aspectos da resolução 032

Tirar dúvidas a respeito da implantação da Resolução 032/2016, estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado, dispondo sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos dos contratos firmados pela administração pública com fornecedores. Este o objetivo do workshop realizado pelo TCE, atendendo 10 turmas, direcionado a servidores das áreas de controle interno e financeiro do Estado, municípios, câmaras municipais e órgãos da administração direta e indireta.

O texto da resolução disciplina os passos necessários para estabelecer a devida ordem cronológica, tais como a criação de listas consolidadas de credores, classificadas por fonte diferenciada de recursos e organizadas pela ordem cronológica de antiguidade dos referidos créditos, além dos procedimentos de liquidação das despesas. A ordem cronológica só poderá ser quebrada em caso de grave perturbação da ordem, estado de emergência, calamidade pública, decisão judicial ou do próprio TCE e relevante interesse público. O pagamento por ordem cronológica é uma exigência do artigo 5, caput, da Lei 8666/93.

Com a regulamentação, os gestores públicos deverão realizar os pagamentos relativos ao fornecimento de bens e serviços respeitando a “estrita ordem cronológica de exigibilidade do crédito decorrente do cumprimento de obrigação executada de acordo com a lei e com o instrumento contratual”. A regra combate a violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade, uma vez que retira do gestor a possibilidade de escolher quem será beneficiado com os pagamentos e de estabelecer privilégios em detrimento deste ou daquele credor.

MEMÓRIAS

DO TCE



➤ Em visita ao TCE/RN, o presidente do Tribunal de Contas da União - TCU, ministro Marcos Vilaça, defendeu a cooperação técnica entre os tribunais e ressaltou o aumento das prestações de contas apresentadas pelos municípios. Ele foi recepcionado pelo então presidente do TCE, conselheiro Nélio Dias, acompanhado pelos demais conselheiros, auditores e representantes do Ministério Público junto ao TCE. A visita foi matéria na edição do TCE em Pauta de setembro de 1996.

➤ Em agosto de 2000, o jornal destacou a realização da Reunião do Conselho Deliberativo do Centro de Coordenação dos TCE's, promovida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - Atricon aqui em Natal. Na pauta, a Lei Complementar 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O encontro reuniu 150 conselheiros e representantes de Tribunais de Contas do Brasil.



Com união, pela primeira vez o Tribunal de Contas vai participar das Olimpíadas com número considerável de atletas. E que venham as medalhas...

VENCEDORES

A VII Olimpíada Nacional dos Tribunais de Contas vai acontecer no período de 28/10 à 02/11 em Brasília mas, antes disso, já aponta vencedores. Pela primeira vez em sua história, o TCE/RN vai estar representado com uma delegação composta por 27 atletas - uma vitória, diante dos desafios enfrentados nos últimos anos. Com apoio da presidência do TCE e do Sindicontas, o Tribunal potiguar disputará medalhas nas modalidades de natação, corrida, futsal, society, basquete, pebolim e até damas. E isso é apenas o início...

Tudo começou com as servidoras Lúcia Bastos e Glace Silva Augusta Pimentel nas olimpíadas do Piauí... foram com a cara e a coragem e trouxeram até medalha na natação, com direito a comemoração e foto empunhando a bandeira do Rio Grande do Norte. De lá para cá, além dos corredores tradicionais, o número de atletas no TCE vem aumentando, associando a prática esportiva a saúde.

E foi neste movimento que surgiu o Programa de Melhoria de Qualidade de Vida no Trabalho – MQVT, ligado ao Núcleo de Gestão de Pessoa. O programa tem como objetivos ajudar os funcionários a identificar riscos potenciais de saúde, educando-os a respeito de pressão sanguínea elevada, fumo, obesidade e estresse. “É preciso encorajar os servidores para mudança de estilos de vida através de exercícios, esportes, boa alimentação e monitoramento da saúde”, ensina Glace, responsável pelo setor de esportes do Núcleo.

O caminho para a viabilização de um projeto passa pela interação entre as pessoas e os setores da instituição. É o que está acontecendo. As condições para a participação da delegação está sendo dada, os atletas vem treinando com afinco e agora é buscar fazer bonito nas olimpíadas. Como foi dito no início, já são vencedores... Mas, que venham as medalhas!



Glace e Lúcia: pioneirismo